



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

CNPJ: 05.940.203/0001-81

A AGÊNCIA investe permanentemente na capacitação dos empregados em treinamentos sobre controles internos e conformidade, realizando, inclusive, *workshops* sobre conformidade e risco.

6.3 Gestão de Recursos Humanos

No primeiro semestre de 2014, a AgeRio realizou ações que impactaram positivamente no desenvolvimento da instituição no que diz respeito a seus recursos humanos. A implantação do novo Plano de Funções Gratificadas, verticalizando sua estrutura, permitiu maior agilidade e eficiência aos processos desenvolvidos em todas as áreas da Agência. A nova estrutura organizacional está em linha com os objetivos estratégicos da Instituição e permite a atuação segregada nas esferas estratégica, tática e operacional, além de melhorar a ordenação e segregação de seus processos, ampliar a produtividade e agilizar a tomada de decisões.

A reestruturação do Plano de Cargos e Salários ofereceu possibilidade de carreira estruturada e com oportunidades de desenvolvimento, potencializando a atração e engajamento do quadro funcional.

Com o objetivo de suportar o crescimento da Agência e as melhorias contínuas realizadas em seus processos, foi realizado o concurso público de Edital 01/2014, em abril de 2014. A realização do concurso possibilitou o reforço do quadro funcional através da seleção de profissionais qualificados, que irão atuar em diversas áreas da Agência, contribuindo para o seu desempenho e desenvolvimento.

6.4 Comunicação Social e Patrocínios

A comunicação social e o posicionamento institucional da AgeRio frente ao mercado são gerenciados por unidade específica em sua estrutura organizacional. As ações de marketing são realizadas visando fortalecer a imagem da Agência, garantindo sua presença nos principais veículos de comunicação e eventos do Estado, aumentando a visibilidade de forma alinhada com seu planejamento estratégico.

A gestão da comunicação social na AgeRio conta com políticas específicas que visam assegurar a conformidade e a adoção dos princípios éticos que norteiam toda a sua estratégia em ações de marketing e patrocínios, além de contar com uma estrutura de governança que envolve a atuação de um Comitê de Marketing que garante a tomada de decisões de forma colegiada e transparente.

No primeiro semestre de 2014, a Agência contou com cem inserções espontâneas na mídia, além da veiculação de anúncios em sites e revistas especializados e setoriais, de acordo com a sua estratégia de valorização da marca e visibilidade. Destaca-se a presença da AgeRio nos principais eventos relacionados ao seu público alvo realizados na capital e no interior do Estado neste período, como o 10º Encontro de Negócios do Grande Rio e a Feira Petro Brasil 2014. Além disso, a Agência busca apoiar projetos e iniciativas que valorizem o Estado do Rio de Janeiro e contribuam para o seu desenvolvimento sustentável. Entre os projetos apoiados no semestre, cabe ressaltar o Estudo Decisão Rio elaborado pela FIRJAN, que reflete as intenções de investimento no Estado para o período de 2014 a 2016, representando um mapa completo das perspectivas de investimentos e uma importante ferramenta para a atração de novos investidores.

6.5 Tecnologia da Informação

Com o objetivo de aprimorar a qualidade e a segurança de seus serviços de tecnologia de forma a suportar o crescimento de seus negócios, a AgeRio vem investindo fortemente na modernização e reestruturação de sua área de Tecnologia da Informação (TI). Neste sentido, encontra-se em desenvolvimento o Plano Diretor de Informática (PDTI) que visa promover melhorias, através de ações estratégicas, voltadas para a evolução da arquitetura tecnológica e dos serviços de TI da Agência de acordo com as prioridades e objetivos de seu negócio. No primeiro semestre de 2014, foram desenvolvidos estudos dos diversos processos da empresa, visando promover maior alinhamento da área de tecnologia aos objetivos e estratégias de negócios da Agência. Nesse sentido, foi implantada a Governança de TI com a apresentação de política específica e a criação de um Comitê próprio para tomada de decisões estratégicas, visando promover maior agilidade e transparência no processo de tomada de decisões relativas ao Plano.

Como instrumento de alinhamento, foi contratada consultoria especializada para realização do levantamento dos projetos de negócios apoiados pela TI, que apontou as diretrizes para suportar os projetos identificados, com a fixação de ações a serem tomadas, bem como os processos internos para suportar as ações definidas, que subsidiarão o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

Ainda no escopo do PDTI, foi realizado mapeamento dos requisitos de negócios junto a todas as áreas da empresa para contratação de sistemas integrados de gestão e a elaboração dos respectivos requisitos funcionais e não funcionais.

Além disso, foram realizados investimentos em infraestrutura com intuito de garantir a segurança e a continuidade da oferta de produtos e serviços tecnológicos de acordo com os padrões de qualidade e eficiência estabelecidos pela Agência.

6.6 Recuperação de Créditos

Com o objetivo de promover a melhoria constante da qualidade de sua carteira de crédito, o gerenciamento da inadimplência e as atividades relativas a recuperação de créditos são vistas de forma estratégica pela AgeRio e executadas por unidade específica e especializada.

No primeiro semestre de 2014, foram revistos os procedimentos de avaliação de situações de inadimplência e efetivação de cobranças da Agência, proporcionando maior celeridade aos diagnósticos de inadimplência e a tomada de ações para a recuperação dos créditos de forma mais tempestiva.

No período, ocorreu uma melhoria expressiva no índice de inadimplência da Agência, que caiu de 7,14% para 1,48% entre dezembro de 2013 e junho de 2014.

A AgeRio busca aprimorar continuamente seu diagnóstico de situações de possível inadimplência e garantir que as ações para a recuperação destes créditos sejam tomadas de forma rápida e eficiente, proporcionando maior qualidade e controle dos riscos de sua carteira.

6.7 Governança Corporativa

No intuito de fortalecer sua estrutura de governança e garantir maior transparência na tomada de decisões foram instituídos e reformulados os Comitês da Agência, em linha com o que preconiza seu Estatuto Social e sua Política de Governança.

O Regime de Alçadas Decisórias e a instalação dos comitês visam promover a tomada de decisões de forma colegiada, proporcionando maior agilidade nos processos internos da Agência e garantindo a segurança e transparência à tomada de decisões assegurando a conformidade e regularidade dos processos.

Estas medidas estão alinhadas com os objetivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da Agência que visam proporcionar a racionalização da estrutura e a agilidade dos processos.

7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em 2014, a AgeRio buscou consolidar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do Estado, engajada com as questões sociais e ambientais, iniciando o processo de estabelecimento e implementação de sua Política de Responsabilidade Socioambiental, que apresenta os princípios e diretrizes que irão nortear as ações da Agência, valorizando a ética, a sustentabilidade, a transparência e a inclusão social.

Os princípios e diretrizes estabelecidos na referida política estão refletidos no planejamento estratégico e nos modelos de gestão, planejamento, negócios e relacionamentos da Agência, buscando promover a responsabilidade social empresarial e ambiental e reforçar o seu papel como agente promotor do desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro de forma ética, transparente e sustentável.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)

	2014	2013
ATIVO		
CIRCULANTE	253.405	265.343
DISPONIBILIDADES	287	13
Caixa	-	5
Bancos	287	8
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	225.159	241.414
Cotas de Fundos de Investimentos	225.159	241.414
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	23.928	18.380
Operações de Crédito	25.387	20.721
Setor Privado	24.619	20.510
Setor Público	768	211
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.459)	(2.341)
OUTROS CRÉDITOS	3.663	5.164
Diversos	3.663	5.164
OUTROS VALORES E BENS	367	372
Despesas Antecipadas	367	372
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	131.131	98.231
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	64.109	54.718
LFT	58.859	54.718
Cotas de Fundo em Empresas	2.127	540
Cotas de Fundos em Participação	3.123	2.465
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	67.022	43.513
Operações de Crédito	71.109	49.061
Setor Privado	67.622	45.901
Setor Público	3.487	3.160
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.087)	(5.548)
PERMANENTE	9.635	9.197
INVESTIMENTOS	2.000	1.000
Ações e Cotas	2.000	1.000
IMOBILIZADO DE USO	7.363	8.084
Edificações	8.865	8.865
Instalações	135	135
Móveis e Equipamentos	1.049	1.042
Sistema de Comunicação	39	36
Equipamento de Processamento de Dados	503	354
Sistema de Transporte	63	63
(-) Depreciação Acumulada	(3.291)	(2.411)
INTANGÍVEL	272	113
Licença de Uso de <i>Software</i>	596	279
(-) Amortização Acumulada	(323)	(166)
TOTAL DO ATIVO	394.171	372.771

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

	2014	2013
PASSIVO		
CIRCULANTE	24.181	19.183
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	13.903	10.268
BNDES/FINAME/FINEP	13.903	10.268
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.279	8.915
Sociais e Estatutárias	1.879	5.255
Fiscais e Previdenciárias	3.039	693
Diversas	5.361	2.967
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	36.642	27.890
BNDES/FINAME/FINEP	36.642	27.890
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	333.347	325.698
CAPITAL SOCIAL	329.819	321.963
RESERVAS DE LUCROS	1.795	2.824
LUCROS ACUMULADOS	1.733	911

TOTAL DO PASSIVO

394.171 372.771

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE (Em milhares de reais)

	2014	2013
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.152	12.806
Receita de Operações de Crédito	3.960	2.429
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	14.193	10.377
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.770)	(2.865)
Despesa de Captação – Finame / BNDES	(952)	(1.131)
Provisão para Operações de Crédito	(3.819)	(1.735)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.382	9.941
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(9.477)	(8.982)
Receita de Prestação de Serviços	5.377	4.399
Despesa de Pessoal	(11.437)	(10.063)
Outras Despesas Administrativas	(3.147)	(2.488)
Despesas Tributárias	(1.245)	(877)
Outras Receitas Operacionais	975	52
Outras Despesas Operacionais	(0)	(5)
RESULTADO OPERACIONAL	3.904	959
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	3.904	959
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.080)	-
Provisão para Imposto de Renda	(1.295)	-
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	(784)	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	1.825	959
Por ação do capital social final	0,01	0,01

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO (Em milhares de reais)

	PRIMEIRO SEMESTRE/2014	PRIMEIRO SEMESTRE/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	1.825	959
Ajustado por:		
Depreciações e Amortizações	551	756
Provisão para Perdas c/Operações de Crédito	3.819	1.801
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	6.195	3.516
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(13.696)	(10.277)
Redução (aumento) em Títulos Valores Mobiliários	10.444	12.656
Redução (aumento) em Operações de Crédito	(26.794)	(18.963)
Redução (aumento) em Outros Créditos	479	380
Redução (aumento) em Outros Valores e Bens	(201)	(248)
(Redução) aumento em Outras Obrigações	2.376	(4.102)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.501)	(6.760)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(252)	(284)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(252)	(284)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (Redução) em Obrigações p/Empréstimos e Repasses	7.625	2.822
Aumento de capital com ingresso de recursos	20	4.230
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE ATIVIDADES FINANCIAMENTOS	7.645	7.052
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA OU EQUIVALENTE A CAIXA	(108)	8
MODIFICAÇÃO DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA		
Caixa ou Equivalente a Caixa Início Período	395	5
Caixa ou Equivalente a Caixa Final Período	287	13
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA	(108)	8

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

AgeRio

Agência Estadual de Fomento

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

CNPJ: 05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

CONTAS	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS		RESULTADOS ACUMULADOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	LEGAL	OUTRAS		TOTAIS
ESPECIFICAÇÕES						
SALDOS EM 31/DEZ/12	310.694	6.058	1.114	2.643	-	320.508
Aumento de Capital com Reservas	981	-	-	(981)	-	-
Aumeto de Capital	6.058	(6.058)	-	-	-	-
Aumento de Capital Renuncia Dividendos	4.230	-	-	-	-	4.231
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	959	959
Destinações						
Constituição de Reservas	-	-	48	-	(48)	-
SALDOS EM 30/JUN/13	321.963	-	1.162	1.662	911	325.698
MUTAÇÕES DO PERÍODO	11.269	(6.058)	48	(981)	911	5.190
SALDOS EM 31/DEZ/13	328.880	919	1.144	560	-	331.503
Aumento de Capital com Ingresso de Recursos	20	-	-	-	-	20
Aumento de Capital	919	(919)	-	-	-	-
Aumento de Capital Renuncia Dividendos						
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	1.825	1.825
Destinações						
Constituição de Reservas	-	-	91	-	(91)	-
SALDOS EM 30/JUN/14	329.819	-	1.235	560	1.733	333.347
MUTAÇÕES DO PERÍODO	939	(919)	91	-	1.734	1.845

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 (Em reais mil)

NOTA 1 - HISTÓRICO DA SOCIEDADE: A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 3.517/00 e foi instituída pelo Decreto Estadual nº 32.376/02. Regulada pela Lei Federal nº 6.404/76, sendo constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002, e autorizada a funcionar como instituição financeira por meio de homologação exarada pelo Banco Central do Brasil – BCB, em 30 de setembro de 2003. Seus atos constitutivos foram registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 07 de outubro de 2003. Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como, de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.

NOTA 2 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio do Governo do Estado aos investimentos produtivos, mediante a concessão de financiamento de capital fixo e de giro a projetos industriais, agropecuários, turísticos e de serviço, de empresas implantadas ou que venham a se implantar no âmbito do território fluminense. Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Caixa Econômica Federal – CAIXA e da Financiadora de Estudos e Pesquisa – FINEP de acordo com o programa INOVACRED, a AgeRio atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES e administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo de Microcrédito para Empreendedores das Comunidades Pacíficadas do Rio de Janeiro – Fundo UPP Empreendedor. Apóia, também, investimentos no Estado, através da participação acionária direta e indireta.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A administração da AgeRio autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 15 de agosto de 2014 as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, observando-se os conceitos contidos na Lei nº 6.404/1976, ressalvadas as modificações introduzidas através das Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, em observância à legislação específica e normas regulamentares emanadas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, porém, nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil. Assim sendo, na elaboração destas demonstrações financeiras, foram adotados efetivamente os seguintes pronunciamentos: CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 3566/08); CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa (Resolução nº 3.604/08); CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 3.750/2009); CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução CMN nº 3.973/2011) e CPC nº 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução CMN nº 3.823/2009).

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos: **a) Apresentação do Resultado:** O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem. **b) Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as demonstrações financeiras da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado; as Provisões para Perdas com Operações de Créditos são calculadas conforme normas específicas do Banco Central. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente. **c) Ativos e Passivos circulantes e a longo prazo:** São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. **d) Títulos e Valores Mobiliários:** São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos são para negociação imediata e/ou mantidos até o vencimento. A AgeRio vem adquirindo participações em Fundos de empresas "Nascentes", no setor de biotecnologia e tecnologia da Informação, tendo em vista seus objetivos estatutários e sociais, cujo reconhecimento dos rendimentos auferidos é em contrapartida ao resultado. **e) Ativo Permanente:** Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação/ amortização acumuladas, conforme taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimado e prazo de contrato de cessão de uso. O Ativo Intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de *softwares* para: Gestão de Recursos Humanos, Processamento de Dados e Gestão Financeira, que são amortizados de acordo com o prazo de concessão de uso, conforme contrato de prestação de serviço com as empresas fornecedoras. **f) Avaliação do valor recuperável (impairment):** Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores, em relação ao mercado ou uso. A AgeRio não desenvolveu programa de testes de recuperabilidade, em função da relevância dos bens do ativo imobilizado frente ao ativo total, do dispêndio financeiro e operacional que teria com a realização dos respectivos testes e da ausência de indícios da desvalorização. **g) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente. **h) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS:** As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos. **i) Passivos contingentes:** São avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de Perda Possível onde não requer a provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas e para processos classificados como Perda Remota para as quais não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 10-E.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2014 e 2013 conforme abaixo:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	06/2014	06/2013
I – Curto Prazo	225.159	238.409
Cotas de Fundos de Investimentos	225.159	238.409
II – Longo Prazo	64.109	57.723
LFT – Carteira Própria	58.859	54.718
Cotas de Fundos em Participação	2.127	2.465
Cotas de Fundos Empresas	3.123	540
Total de Títulos e Valores Mobiliários	289.268	296.132

As aplicações em cotas de Fundos em Participações e Empresas (R\$5.250) foi uma iniciativa da administração para diversificar seus investimentos e modalidade de apoio financeiro para as empresas do Estado do Rio de Janeiro.

NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO: Em conformidade com a Res. CMN 2.682/99, as operações de crédito da AGÊNCIA são classificadas por meio de modelos de avaliação de risco de crédito, consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	TOTAL DAS OPERAÇÕES 06/2014	TOTAL DAS OPERAÇÕES 06/2013	PROVISÃO %	VALOR DA PROVISÃO 06/2014	VALOR DA PROVISÃO 06/2013
AA	35	5		-	-
A	25.129	16.634	0,5	125	82
B	45.763	30.089	1	458	301
C	17.919	13.617	3	537	408
D	64	23	10	6	2
E	37	-	30	11	-
F	6.270	4.637	50	3.135	2.319
G	21	-	70	14	-
H	1.258	4.777	100	1.258	4.777
TOTAL	96.496	69.782	-	5.546	7.889

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

<u>Provisão Crédito Liquidação Duvidosa</u>	<u>06/2014</u>	<u>06/2013</u>
Saldo no início do período	6.387	6.197
Constituição da provisão	3.819	1.734
Reversão de provisão	-	-
Créditos baixados para Prejuízo	(4.660)	(42)
Saldo no fim do período	5.546	7.889

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

<u>Financiamentos Repasse</u>	<u>06/2014</u>	<u>06/2013</u>
Curto Prazo	12.921	9.839
Longo Prazo	34.568	26.433
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.730)	(7.291)
Total	44.759	28.980
<u>Financiamentos Recursos Próprios</u>	<u>06/2014</u>	<u>06/2013</u>
Curto Prazo	12.465	10.882
Longo Prazo	36.540	22.628
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.816)	(598)
Total	46.189	32.912

NOTA 7 - IMOBILIZADO DE USO/INTANGÍVEL

Bens	Taxas Deprec.	Saldo 30/6/2013	Adições	Baixas	Saldo 30/6/2014
<u>PERMANENTE</u>		9.197	-	-	9.635
<u>Investimentos</u>		1.000	-	-	2.000
Ações em cotas		1.000	1.000	-	2.000
<u>Imobilizado de Uso</u>		10.495	159	-	10.655
Edificações	4%	8.865	-	-	8.865
Instalações	10%	135	-	-	135
Móveis e Equipamentos	10%	1.042	7	-	1.049
Sistemas de Comunicação	10%	36	3	-	39
Equi. de Proc. de Dados	20%	354	149	-	503
Sistemas de Transportes	20%	63	-	-	63
Depreciações Acumuladas (-)		(2.411)	-	(881)	(3.292)
<u>Imobilizado líquido</u>		8.084	159	881	7.363
<u>Ativos Intangíveis</u>		279	317	-	596
Licença Uso <i>Software</i> Gestão RH		91	60	-	151
Licença Uso <i>Software</i> Proces. Dados		126	108	-	234
Licença Uso <i>Software</i> Gestão Finan.		62	149	-	211
Amortização Acumulada (-)		(166)	-	(157)	(323)
<u>Intangível Líquido</u>		113	317	(157)	273

Em 30 de Junho de 2014, a agência possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado, em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros. A administração não identificou indícios de desvalorização dos bens que compõem o Ativo Imobilizado (Ativo não financeiro) da AgeRio. Desta forma, não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação de ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, regulamentado pela Resolução CMN 3.566/08.

NOTA 8 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES: Em 30 de junho de 2014 e 2013, as obrigações por empréstimos e repasses estão compostas da seguinte forma:

	<u>06/2014</u>	<u>06/2013</u>
Curto Prazo	13.903	10.268
Longo Prazo	36.642	27.890
Total	50.545	38.158

<u>Taxa média de Juros</u>	<u>Natureza</u>	<u>Vencimento</u>
1,5% a.a.	Repasses Finame/BNDES/Finep	15/10/14

NOTA 9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES: a) Sociais e Estatutárias: Dividendos

<u>Dividendos e JCP</u>	<u>06/2014</u>	<u>06/2013</u>
Governo do Estado do RJ	1.879	5.255
Total	1.879	5.255

O valor provisionado em 06/13 (R\$ 5.255) foi integralmente incorporado ao capital social da empresa conforme decisão de Assembleia Geral Ordinária em 10/2013. O saldo atual em 06/14 refere-se ao valor apurado no exercício de 2013.

b) Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro

	<u>06/2014</u>	<u>06/2013</u>
Impostos e Contribuições a Recolher	2.080	-
Total	2.080	-

Em junho de 2013 não foi constituída provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro em virtude da Agência ter apurado prejuízo fiscal – base de cálculo negativa. O Prejuízo fiscal é oriundo dos créditos fiscais diferidos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, proveniente de diferenças temporais.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	<u>06/2014</u>	<u>06/2013</u>
Impostos e Contribuições a Recolher	959	693
Total	959	693

d) Diversas: d.1) Provisões Para Pagamentos a Efetuar

	<u>06/2014</u>	<u>06/2013</u>
Provisão Para Despesas de Pessoas	2.824	2.488
Outras Despesas Administrativas	425	463
Outros Pagamentos	119	3
Total	3.368	2.954

d.2) Provisão Para Passivos Contingentes

	<u>06/2014</u>	<u>06/2013</u>
Provisão p/ Passivos Contingentes	26	-

AGERio

Agência Estadual de Fomento

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

CNPJ: 05.940.203/0001-81

Recursos do Fundo UPP

Diversos

Total

06/2014

06/2013

1.583

-

332

13

1.915

13

Os valores registrados na rubrica de Credores Diversos no País referem-se quase que na sua totalidade aos recursos recebidos pela Agência do Fundo de Microcrédito para Empreendedores das Comunidades Pacificadas do Rio de Janeiro – Fundo UPP, para posterior liberação de operações de microcrédito.

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital Social:

Em 30 de junho de 2014, o capital social é de R\$ 329.819 (trezentos e vinte e nove milhões, oitocentos e dezenove mil reais), estando representado por 134.157.398 de ações ordinárias nominativas, assim distribuídas:

Estado do Rio de Janeiro

134.151.941

Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

5.457

Total

134.157.398

Abaixo demonstramos a evolução do Capital Social:

Descrição

Valor

Capital Social no início do exercício (31/12/2013)

328.880

Aumento de Capital – por subscrição

939

Total do Capital Social em 30 de junho de 2014

329.819

O valor de R\$ 939 mil (novecentos e trinta e nove mil reais) incorporado ao Capital Social, corresponde a utilização pelo Estado do Rio de Janeiro do superávit do FREMF no valor de R\$ 919 mil (novecentos e dezenove mil reais) e aporte da CODIN no valor de R\$ 20 mil (vinte mil reais), conforme AGE de 18/12/2013 e registro na Junta Comercial em 10/03/2014.

NOTA 11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

A instituição não realizou operações com características de derivativos e não mantinha operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

NOTA 12 - SEGUROS:

Em 30 de junho de 2014 a Agência mantinha apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 13 - LIMITES OPERACIONAIS:

As parcelas relativas às exposições ao risco de crédito e ao risco operacional são calculadas de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com as Circulares nº 3.644/13 e nº 3.640/13. A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e intervalo para um dia. Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGÊNCIA se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

Valores (R\$ mil)

Patrimônio de Referência (PR)

PR para Comparação com o RWA

Capital Destacado para Operações com o Setor Público

Ativos Ponderados por Risco (RWA)

Parcela referente a risco de crédito (RWACPAD)

Parcela referente a risco operacional (RWAOPAD)

Parcela referente a risco de mercado (RWAMPAD)

Capital Mínimo Requerido para o RWA

Margem sobre o Capital Principal Requerido

Risco da taxa de juros (RBAN)

Índice de Basileia

333.320

291.020

42.300

388.697

337.224

50.351

1.122

17.491

273.529

147

74,87%

NOTA 14 - GERENCIAMENTO DE RISCOS:

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos da AGÊNCIA é compatível com a natureza e complexidade das operações e produtos oferecidos. Alinhada às melhores práticas de gestão e às Resoluções CMN nº 3.721/2009, nº 3.464/2007, nº 4.090/2013 e 3.380/2006, as políticas de gerenciamento de risco de crédito, mercado, liquidez e operacional da AGÊNCIA definem um conjunto de princípios e diretrizes, a fim de manter as exposições aos riscos corporativos alinhadas à estratégia de capital da instituição. a) Risco de Crédito: O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. O gerenciamento do risco de crédito compreende a avaliação de risco de crédito do tomador e das operações, e o monitoramento da carteira de crédito da instituição. b) Risco de Mercado e Liquidez: As operações da AGÊNCIA expostas ao risco de mercado estão classificadas fora da carteira de negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o vencimento. Já o risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar efetivamente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. c) Risco Operacional: O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição. Os conhecimentos sobre risco operacional são disseminados na AGÊNCIA, de forma a estimular a participação de todos os empregados na identificação e reporte das exposições e eventos de risco identificados no desenvolvimento de suas atividades, contribuindo para o fortalecimento da cultura de gestão do risco operacional.

NOTA 15 – POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO:

A AgeRio mantém treinamentos, políticas de atuação, normas e procedimentos operacionais que norteiam as ações da Agência a fim de prevenir e/ou evitar que a instituição seja utilizada como instrumento para prática de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (LD/FT). As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração da AgeRio, que avaliam os procedimentos adotados pela unidade responsável pelo controle interno e compliance. Neste ano, foi inaugurado o Portal de Prevenção à PLD/FT, na rede corporativa da Agência, disponibilizando a todos os empregados as principais normas internas e externas sobre o tema, bem como a cartilha institucional de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

NOTA 16 - PARTES RELACIONADAS:

A AgeRio não tem operações com partes relacionadas. A remuneração dos administradores no semestre, incluindo os respectivos encargos sociais totalizou a importância de R\$ 913.430,07 em 30/06/2014 e R\$ 1.389 mil no exercício de 2013.

Marcia Villa Maior - Contador

CRC 048.471-O/7 - CPF: 510.829.657-34

Valquíria Xavier Delmondes

Diretora de Controladoria e Risco

José Domingos Vargas

Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs.
Administradores e Diretores da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGERIO.
Examinamos as demonstrações financeiras da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGERIO, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:

A Administração da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGERIO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que

as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião:

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGERIO em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. São Paulo, 15 de agosto de 2014. SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES - CRC – 2SP 017.676/O-8; HUGO FRANCISCO SACHO - CRC – 1SP 124.067/O-1.

DELÍRIO TROPICAL S/A CNPJ Nº 28.301.505/0001-05											
RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas, apresentamos as Demonstrações Financeiras referente ao Balanço encerrado em 31/12/2013.											
BALANÇO PATRIMONIAL - EM R\$				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - EM RS							
ATIVO		31/12/2012	31/12/2013	PASSIVO		31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012		31/12/2013	
ATIVO CIRCULANTE		2.187.817,45	2.456.714,11	PASSIVO CIRCULANTE		393.993,37	107.264,52	Lucro Bruto Operacional		4.983.755,77	5.874.403,98
Disponibilidades e Aplicações		1.768.937,04	2.075.514,52	Fornecedores		224.781,72	11.577,75	(-) Despesas/Receltas Operacionais		2.366.246,89	1.565.074,35
Devedores Diversos		359.195,24	302.964,53	Obrigações Trabalhistas e Sociais a Pagar		65.343,06	90.225,19	Lucro Operacional		2.617.508,88	4.309.329,63
Impostos a Recuperar		1.059,94	917,26	Outras Obrigações		45.481,78	4.334,09	(-) Despesas/Receitas não Operacionais		451.524,26	-
Estoques		57.869,41	77.317,80	Provisões Imposto Renda e CSLL		58.386,81	1.127,49	Lucro antes das Provisões		2.165.984,62	4.309.329,63
Despesas de Exercícios Seguintes		755,82	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		59,42	59,42	(-) Provisão para Contribuição Social		85.183,69	74.854,44
ATIVO NÃO CIRCULANTE		992.103,60	2.601.664,06	Exigível a Longo Prazo		59,42	59,42	(-) Provisão para Imposto de Renda		94.738,55	83.226,82
Realizável a Longo Prazo		700.000,00	761.430,33	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.785.868,26	4.951.054,23	Lucro Líquido		1.986.062,38	4.151.248,37
Investimentos		46.975,74	1.511.274,84	Capital Social		602.389,91	602.389,91	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Imobilizados		240.540,54	324.012,13	Reservas de Capital		197.415,95	197.415,95	As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a legislação societária. A Apuração de Resultados se deu pelo regime de competência de exercício. O Capital social encontra-se totalmente subscrito e integralizado.			
Intangível		4.587,32	4.946,76	Reservas de Lucro		1.986.062,40	4.151.248,37				
TOTAL DO ATIVO		3.179.921,05	5.058.378,17	TOTAL DO PASSIVO		3.179.921,05	5.058.378,17				
				Paulo Antônio Ubach Monteiro - Diretor Presidente.				Carlos Alberto Canelhas Lopes - Contador - CRC-RJ: 18.285/0-4 - CPF: 073.017.587-15			

Id: 1723085

VONNAS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ: 13.002.570/0001-62					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2010, 2011, 2012 E 2013 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS (R\$))				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO, 2010, 2011, 2012 E 2013 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS (R\$))					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2010, 2011, 2012 E 2013 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS (R\$))				
ATIVO	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013
CIRCULANTE					RESULTADO PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA				
Caixa	2,68	2,68	2,68	2,68		11.912.375,74	(1.710.678,74)	3.405.914,07	1.910.403,93
Total do Ativo Circulante	2,68	2,68	2,68	2,68	DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
NÃO CIRCULANTE					LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	11.912.375,74	(1.710.678,74)	3.405.914,07	1.910.403,93
Investimentos	12.054.440,74	6.792.878,50	6.748.796,57	4.895.568,50	TRIBUTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	12.054.440,74	6.792.878,50	6.748.796,57	4.895.568,50	LUCRO DO EXERCÍCIO	11.912.375,74	(1.710.678,74)	3.405.914,07	1.910.403,93
TOTAL DO ATIVO	12.054.443,42	6.792.881,18	6.748.799,25	4.895.571,18	SOLANGE MARIA SAADE MONTENEGRO - CPF: 662.986.797-15 - RG: 04.769.489-8- DETRAN - RJ				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	MAURICIO DE ASSIS FERNANDES - CPF: 548.636.007-04 - RG: 59627 - CRC-RJ				
CIRCULANTE									
Empréstimos	67.916,00	67.916,00	67.916,00	67.916,00					
Total do Passivo Circulante	67.916,00	67.916,00	67.916,00	67.916,00					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital Social	974.907,68	974.907,68	974.907,68	974.907,68					
Lucros Acumulados	11.011.619,74	5.750.057,50	5.705.975,57	3.852.747,50					
Total do Patrimônio Líquido	11.986.527,42	6.724.965,18	6.680.883,25	4.827.655,18					
TOTAL DO PASSIVO E P.LÍQUIDO	12.054.443,42	6.792.881,18	6.748.799,25	4.895.571,18					

Id: 1723361